



Comissão de Pregão II

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2022

Processo Licitatório nº: 23.775/2019

Processo de Impugnação nº: 6162/2022

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2022

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS (PACIENTE SE ACOMPANHANTES), considerando como itinerário o trajeto que vai do município de embarque qual seja, Nova Friburgo ao município de desembarque pré-determinado pela central de regulação/tfd (tratamento fora de domicílio), coordenação de saúde auditiva e programa melhor em casa, pelo prazo de 12 (doze) meses.

IMPUGNANTE: CAMINHOS DOURADOS FRETAMENTO E ALUGUEL DE VEÍCULOS LTDA.

IMPUGNADO: EDITAL

01. Trata-se de IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa CAMINHOS DOURADOS FRETAMENTO E ALUGUEL DE VEÍCULOS LTDA., com fulcro na Lei n.º 10.520/2002 e no Decreto n.º 1024/2019, subsidiados pela Lei n.º 8.666/93, por intermédio de seu representante legal, de forma tempestivamente, contra os termos do Edital Pregão Eletrônico n.º 032/2022.

02. Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 017 de 05 de janeiro de 2022, publicada no Diário



Comissão de Pregão II

Oficial do Município de Nova Friburgo em 06 de janeiro de 2022, que constitui a Comissão de Pregão II, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

03. Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

I. DAS PRELIMINARES

04. Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências, interesse processual e de tempestividade conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

05. A impugnante sucintamente alega, em síntese, que o dispositivo, referente a exigência de Qualificação Técnica, *Item 20.2 - Comprovação de inscrição da empresa licitante junto ao DETRO-RJ (Departamento de Transporte Rodoviário do estado do Rio de Janeiro)* está descrita de forma abstrata abrindo margem para que outras empresas registradas perante o DETRO-RJ sob o regime de fretamento turístico, por exemplo, participe do certame ensejando eventuais irregularidades.

06. Alega que o descritivo do Termo de Referência, para os veículos especificados nos Itens 01 - 09 (nove) Veículos, com ar condicionado, mínimo de 15 (quinze) lugares para passageiros e no ITEM 03 , 02 (dois) Veículos, com ar condicionado, mínimo de 15



Comissão de Pregão II

(quinze) lugares para passageiros, *"... denota-se que ambos são veículos tipo Van e para atender demandas de tratamento fora do domicílio, portanto o fracionamento de despesas perderá a finalidade da economicidade, pois é o mesmo objeto (Van) e requisito pelo mesmo setor (TFD)..."*.

*"...portanto, o correto seria a Municipalidade requerer 11 (onze) veículos com mínimo de 15 (quinze) lugares e não 09 (item 1) + 02 (item 3), senão corre o risco de duas empresas licitantes ganharem com preços diferentes para atender o mesmo órgão requisitante e fazerem o mesmo trajeto/percurso sem qualquer necessidade, trazendo embaraços e burocratizações desnecessárias, podendo ocorrer disparidade de preços para o mesmo serviço..."*

III. DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE

Requer a impugnante que:

*a) (...O recebimento tempestivo da presente impugnação, de acordo com o artigo 164 da Lei 14.133/2021, do referido edital...)*

*b) (...seja a presente IMPUGNAÇÃO julgada procedente, com efeito de suspender o certame para promover a republicação do Edital, inserindo as alterações aqui pleiteadas, reabrindo-se o prazo inicialmente previsto, conforme o § 1º, do art. 55, da Lei nº 14.133/2021, restabelecendo a competitividade, em respeito aos princípios da Isonomia, da Impessoalidade e da Moralidade e Legalidade...)*

IV. DA ANÁLISE TÉCNICA

13. Inicialmente cumpre destacar que, por se tratar de questões técnicas, este pregoeiro diligenciou junto ao setor técnico requisitante, conforme dispõe o item 27.3 do edital.



Comissão de Pregão II

14. No item 20.2 do Edital, que a empresa licitante deverá apresentar Certificado de Registro de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros sob o Regime de Fretamento, junto ao Detro/RJ.

Resposta: Em pesquisa sobre a matéria, entendemos que assiste razão a impugnante quanto a existência de distintos registros junto ao DETRO-RJ, na forma disciplinada pelo Art. 95 do Decreto nº 42.868 de 28/02/2011, *in verbis*:

"Art. 95. O serviço de transporte intermunicipal sob regime de

fretamento classifica-se em:

I - Serviço de fretamento contínuo;

II - Serviço de fretamento eventual;

III - Serviço de fretamento turístico;

IV - Serviço de fretamento por meio de locação/aluguel de **veículos com motoristas.**" (grifo nosso)

A exigência, na forma como se encontra no Item 20.2 *"Comprovação de inscrição da empresa licitante junto ao DETRO-RJ"*, apesar de ser idêntica à do último edital de licitação publicado pela municipalidade, generaliza o tipo de registro, abrindo margem para possíveis irregularidades, conforme alega a empresa, no entanto, a alteração requerida *"a empresa licitante deverá apresentar Certificado de Registro de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros sob o Regime de Fretamento, junto ao Detro/RJ."*, também não define qual o tipo de fretamento deveria ser exigido no instrumento convocatório, abrindo a mesma margem, a exemplo usado pela própria impugnante, para a partição de empresa com registro de serviço de fretamento turístico.

Assim concluímos que, analisando a peça completa de impugnação, que o Item 20.2 deva ser alterado de forma que seja solicitado a apresentação de Certificado de



Comissão de Pregão II

Registro de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros para Serviço de fretamento por meio de locação/aluguel *de veículos com motoristas junto ao DETRO-RJ* na forma do inciso IV, Art. 95 do referido decreto.

Inclusive tal tema já foi tratado em impugnação ao Edital do Pregão 10/2021, conforme processo de impugnação nº 9167/2021, em apenso, o qual foi dado provimento as alegações apresentadas, tendo o edital do Pregão Eletrônico nº 032/2022

15. Com relação a consolidação dos itens 01 e 03 , foi dado provimento a impugnação, Após análise, conforme despacho às fl. 32 dos autos, a qual transcrevo a seguir:, **"... juntando o item 01 com o item 03, uma vez que a descrição do objeto é o mesmo e o somatório é por quilômetro rodado, não acarretando nenhum prejuízo para a administração..."**

V. DA DECISÃO

16. Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso II, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso II, do Decreto Municipal n.º 599/2020, sustentado pela análise técnica dos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência, sem nada mais evocar, CONHEÇO da Impugnação interposta pela empresa CAMINHOS DOURADOS FRETAMENTO E ALUGUEL DE VEÍCULOS LTDA, no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 032/2022, e no mérito, DOU PROVIMENTO, pela alteração do edital, em comento.

Nova Friburgo, 25 de março de 2022.

JONATHAN P. CHAVES  
Pregoeiro – Comissão de Pregão II  
Matricula: 206.870